



UE avança quarto pacote de sanções contra a Rússia e prepara-se para as consequências

Líderes europeus reuniram-se pela primeira vez depois da invasão da Ucrânia pelas forças russas. Da cimeira informal de Versalhes saiu a duplicação do financiamento ao apoio militar aos ucranianos, que passa para mil milhões de euros

Rita Siza, em Versalhes

Houve “avanços na energia, avanços na defesa, e quanto à questão do relançamento económico, dentro de 15 dias haverá mais avanços”, sintetizou o primeiro-ministro, António Costa, no final da reunião informal dos chefes de Estado e de governo da União Europeia, que ontem deixaram o Palácio de Versalhes com uma longa lista de TPC para a Comissão concluir antes do próximo Conselho Europeu, a 24 e 25 de Março, em Bruxelas.

Energia, defesa e um novo modelo para o crescimento e investimento na UE eram os temas na agenda preparada pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. Mas como este foi o primeiro encontro dos 27 líderes depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, naturalmente foi sob o prisma do regresso da guerra à Europa que decorreram os trabalhos.

“As consequências da guerra que a Rússia desencadeou contra a Ucrânia preocupam todas as sociedades europeias”, assinalou Costa, que como os seus homólogos apontou como “prioritário” e “urgente” parar a guerra e

assegurar o apoio humanitário e o acolhimento de todos os refugiados que procuram a protecção da UE. São já mais de 2,5 milhões de pessoas, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

No final da cimeira, o Presidente de França, Emmanuel Macron, e o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, confirmaram que um novo telefonema com o Presidente russo, Vladimir Putin, estava agendado para o fim do dia. “Penso que é absolutamente necessário manter esta linha de comunicação aberta, para ver se conseguimos que as armas se calem”, explicou o líder germânico. Até agora, os apelos pessoais de Scholz e Macron não produziram qualquer resultado.

Demonstrando que a UE não vai abrandar a pressão, a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, apresentou o conteúdo de um quarto pacote de sanções preparado pela UE e aliados do G7. “Amanhã avançaremos um novo pacote de medidas para isolar ainda mais a Rússia e drená-la dos recursos que utiliza para financiar esta guerra bárbara”, anunciou.

As medidas eram esperadas: os parceiros internacionais querem cor-

tar os benefícios de que a Rússia desfruta como membro da Organização Mundial de Comércio, retirando-lhe o estatuto de nação mais favorecida nos respectivos mercados; e também suspender os seus direitos no Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial. Os 27 também vão actuar sobre as criptomoedas, “para que o Estado russo e as suas elites não possam contornar as sanções”.

De resto, mais nomes de dirigentes políticos e oligarcas russos serão acrescentados à lista de personalidades com bens congelados e proibições de viagens na UE, e um conjunto de novos bens e matérias-primas serão sujeitos a controlos e restrições comerciais: artigos de luxo deixarão de ser exportados para a Rússia, e produtos de ferro e aço deixarão de ser importados para a Europa.

Segundo António Costa, a pressão pode não ficar por aqui. Há múltiplos sinais de que as medidas aprovadas pelos aliados estão a atingir duramente a economia russa, mas, como salientou o primeiro-ministro, “as sanções não têm o mesmo efeito imediato de uma bala”. Uma vez que o seu efeito é diferido, “é preciso dar tempo antes de começarmos a lançar



Os líderes saíram de Versalhes com uma longa lista de TPC para a Comissão concluir antes do próximo Conselho Europeu



Esta nova entrega de armas à Ucrânia vai reforçar a sua capacidade de autodefesa

Olaf Scholz
Chanceler da Alemanha

novos pacotes”, observou, acrescentando que, “como lhe compete, e tinha sido acordado”, a Comissão já preparou “um novo arsenal de sanções para serem aplicadas se e quando necessário”.

Por acordo dos líderes, o executivo comunitário vai preparar outras medidas que a crise veio tornar necessárias. Desde logo, para garantir a transição que permitirá reduzir a dependência das importações de carvão, petróleo e gás natural da Rússia.

Até lá, há que atenuar o impacto da subida do preço da energia: a Comissão foi encarregada de estudar diversas modalidades de intervenção sobre os preços da energia, e de apresentar uma proposta para a revisão do sistema de formação do preço do mercado da electricidade, que se rege pelo valor da energia mais cara.

“Em países como Portugal, onde já temos uma incorporação de 60% de energias renováveis na nossa electricidade, o preço está a ser excessivamente distorcido pela indexação ao preço do gás”, notou António Costa.

O executivo também ficou de apresentar ao Conselho Europeu as “várias opções para intervenção no mercado dos produtos alimentares e de matérias-primas fundamentais para a cadeia alimentar, como sejam as rações, os fertilizantes e outros condicionantes do funcionamento da agro-indústria”, disse Costa.

Os parceiros europeus ainda não dispõem de dados definitivos sobre os danos económicos que a guerra da Ucrânia poderá provocar. As previsões apontam para a manutenção da trajectória de recuperação da crise e de crescimento económico em 2022, apesar das fortes pressões inflacionis-



tas e dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais.

Ontem, o presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe, manifestou-se relativamente optimista quanto à capacidade da UE em absorver o actual choque. Mas sem previsão possível sobre a duração e os efeitos do conflito, os líderes começaram a preparar terreno para uma futura intervenção em moldes semelhantes à da resposta à crise pandémica.

“Somos agora confrontados com as incertezas desta crise resultante da guerra que a Rússia desencadeou contra a Ucrânia, que é igualmente simétrica e nos atinge a todos”, afirmou Costa, que faz parte do grupo de líderes que entendem que o programa de resposta à pandemia – o fundo “Próxima Geração UE”, de 750 mil milhões de euros – acabará por se revelar insuficiente.

“Isso exige novos níveis de resposta, designadamente com a criação de melhores condições para o investimento privado, e também condições para aumentar o investimento público, seja através dos Estados-membros, seja através da UE”, disse, antecipando um debate mais aprofundado, dentro de 15 dias, sobre a criação

de um novo programa, financiado pela emissão de dívida conjunta.

“As necessidades financeiras para cumprir os nossos objectivos climáticos, de defesa e de uma nova política energética são muito grandes”, estimou o primeiro-ministro italiano, Mario Draghi. “Obviamente, os nossos orçamentos nacionais não vão poder comportar todos os compromissos climáticos que assumimos, nem todas as promessas que subscrevemos no âmbito da NATO. Teremos de encontrar uma maneira de garantir estes recursos”, avisou.

Apoio militar duplica

Depois de arrumarem a questão delicada da adesão da Ucrânia à UE, que foi atirada para um futuro longínquo, os líderes deram o seu acordo a uma proposta apresentada pelo Alto Representante para a Política Externa e de Segurança da UE, Josep Borrell, para duplicar o financiamento para o apoio militar à Ucrânia através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, que assim chegará aos mil milhões de euros. Esse dinheiro serve para a compra de armamento, mas também outro equipamento não letal pedido pelo Exército ucraniano.

“Esta nova entrega de armas à Ucrânia vai reforçar a sua capacidade de autodefesa”, salientou Olaf Scholz, que recusou uma correspondência entre o apoio europeu ao Governo de Kiev e o envolvimento da UE no conflito militar com Moscovo. “Nós não fazemos parte desta guerra, e faremos tudo o que for preciso para evitar um conflito entre a Rússia e a NATO e os seus Estados-membros”, insistiu.

A invasão da Ucrânia provocou uma revolução na política de defesa alemã, com o chanceler a anunciar o plano do seu Governo para aumentar a despesa militar até aos 100 milhões de euros por ano. Quando a Alemanha se mexe, o resto da Europa vai atrás: na Declaração de Versalhes, ficou consagrado o compromisso dos 27 em “investir resolutamente nas capacidades de defesa e nas tecnologias inovadoras”, com o ponto 2 a registar um acordo dos Estados-membros para “aumentar substancialmente as despesas [nacionais] de defesa, com uma parte significativa para investimento” destinado a colmatar as “deficiências estratégicas identificadas” e promover “os projectos comuns e a aquisição conjunta de capacidades de defesa”.

A Europa não está em guerra?

Análise



Teresa de Sousa

1 É preciso reconhecer que as decisões europeias têm de levar em conta múltiplos factores e que ainda não sabemos o suficiente sobre a discussão entre os líderes europeus na cimeira informal de Versalhes. Não é possível, portanto, avaliar em toda a sua extensão o significado da relativa prudência dos resultados.

Foi no mesmo palácio sumptuoso que os vencedores da Grande Guerra assinaram, em Junho de 1919, os termos da rendição da Alemanha imperial. Como lembrou o Presidente francês, o espírito de vingança que prevaleceu entre os vencedores acabou por lançar as sementes da II Guerra Mundial.

Durante a conferência de imprensa final, Emmanuel Macron disse e repetiu que a União Europeia “não está em guerra”, aceitando os limites do que pode fazer pela Ucrânia. Reafirmou que os europeus estão preparados para decretar novas sanções, no caso da escalada da guerra de Putin se intensifique, como se não fosse isso que está a acontecer a cada momento. Ursula von der Leyen anunciou mais sanções. O embargo ao petróleo ou ao gás ficam para mais tarde. A relativa prudência das palavras de Macron talvez queira dizer que a Europa tenta manter um canal aberto com o Kremlin para deixar a Vladimir Putin a possibilidade de uma saída. Mas também sabemos que Macron e Olaf Scholz falaram com o Presidente russo antes da cimeira e que não esconderam o seu pessimismo. A possibilidade de utilização de armas químicas e biológicas cresce a cada minuto. Os bombardeamentos indiscriminados às cidades intensificam-se, aumentando o número de vítimas civis. O cerco a Kiev aperta-se. A ofensiva militar expande-se para novas áreas mais a ocidente, o que quer dizer, mais próximas da fronteira da Polónia.

2 Esta relativa cautela é, talvez, a principal explicação para a UE não ter ido mais longe do que oferecer à Ucrânia um lugar na “família europeia” e a promessa de aprofundar o Acordo de Associação assinado em 2014, que esteve na origem da primeira invasão do país. De resto, disseram o que têm dito: que fazer parte da União impõe uma série de condições e que as negociações são sempre um longo processo. Portugal levou dez anos,

disse António Costa. Nos anos 1980, os cálculos eram meramente económicos. O mundo mudou para além de qualquer reconhecimento.

A declaração de Versalhes fica muito aquém dos apelos desesperados do Presidente Zelenskii, que, entendidos no seu significado político, não querem dizer a adesão a curto prazo, mas uma esperança para os ucranianos e uma mensagem directa ao Kremlin de que não será a guerra a travar o destino de uma Ucrânia independente e democrática. Teria sido da parte da União uma decisão política de enorme coragem. Talvez o mais forte sinal de que os seus dirigentes entenderam a “viragem no curso da História” que a Europa está a viver. “Sou o primeiro a pensar que uma mensagem de encorajamento nesta frente seria de grande ajuda. Mas, ao mesmo tempo, temos de respeitar o que outros países dizem e a sua cautela”, disse o primeiro-ministro italiano, Mario Draghi.

3 Apesar dos esforços de alguns líderes, entre os quais Macron e Draghi, o debate sobre o futuro da Europa também não foi muito longe. A ideia de seguir o modelo de financiamento do Fundo de Recuperação e Resiliência, contraindo 200 mil milhões de euros de dívida nos mercados para financiar as despesas com a defesa foi afastada pelo holandês Mark Rutte. Macron limitou-se a dizer, no final, que há consenso sobre os objectivos neste domínio, mesmo que falte ainda decidir sobre os instrumentos. A revisão da política orçamental para financiar a transição verde e a defesa também não gerou consenso, embora os líderes tenham apenas iniciado essa discussão. Os “frugais” continuam a sonhar com o rápido regresso às regras do Pacto de Estabilidade que vigoraram antes da pandemia. Draghi fez contas sobre os gastos necessários para cumprir as metas do clima e aumentar os gastos com a defesa em cerca de 500 mil milhões de euros, num tempo curto, caso a Europa queira cumprir a meta dos 2% do PIB fixada pela NATO. Para concluir que “todas estas questões apontam para a necessidade de reconsiderar todo o aparato regulatório” da UE. E continuou: “No PEC, nas ajudas de Estado, nos standards dos produtos agrícolas que podemos ter de importar, no mercado da electricidade”.

“A Europa vive nessa zona cinzenta que não é ainda a guerra, mas que já não é a paz”, escreveu Sylvie Kauffmann no *Le Monde*. É esta a nova realidade.

Jornalista



Passado e futuro

Há “incompreensão na Europa sobre o nacionalismo ucraniano”

Reportagem

João Ruela Ribeiro Texto Adriano Miranda Fotografia, em Lviv

Como olham um historiador e uma professora de Relações Internacionais para a invasão russa da Ucrânia?

A História está a dar saltos a cada dia que passa na guerra da Ucrânia. Ao mesmo tempo, o mundo das últimas três décadas que todos julgavam conhecer sofre mudanças espectaculares. Uma grande nação europeia, com o maior arsenal nuclear do planeta, invadiu o vizinho para o submeter à sua vontade de criar uma esfera de influência. A NATO, embora sem se comprometer com uma intervenção directa, empenhou-se no apoio à Ucrânia. As maiores economias mundiais, bancos e grandes empresas fecharam-se à Rússia, num bloqueio insuperável há apenas um mês.

É com este pano de fundo que nos sentamos a uma mesa com dois académicos da Universidade Nacional Ivan Franko de Lviv: o professor de História Oleksandr Kuchik e a professora de Relações Internacionais Marianna Gladish. Estamos em Lviv, bastião da identidade nacional ucraniana e do nacionalismo, motor de muitos dos acontecimentos que levaram à invasão russa em curso. E é pelo nacionalismo que começamos.

“Podem acusar-nos de nacionalismo, mas isso significa que estamos aqui em Lviv a preservar, e temo-lo feito há muitos, muitos anos, o espírito da Ucrânia”, começa por dizer Kuchik, naquela que é uma espécie de primeira tentativa de explicar aos europeus o que é ser ucraniano em Lviv. No extremo ocidental da Ucrânia, o sentimento de apego à ideia de uma Ucrânia independente, a todos os níveis, das potências que a oprimiram ao longo de séculos, com destaque para a Rússia, é

enorme. Religião, percurso histórico, preferências políticas e cultura costumavam separar a Ucrânia em duas regiões distintas: uma de orientação mais ocidental, influenciada pela Europa Central; outra virada a leste, com laços com a identidade eslava.

Kuchik considera estas divisões artificiais e acredita que “a Ucrânia é igual em Lviv, em Donetsk, em Sinferopol ou Sebastopol [duas cidades na Crimeia]”. “Depois da independência, os políticos tentaram separar-nos através do rio Dnipro, também pelo Dniester; tentaram dividir-nos através das crenças religiosas. Espalharam-se conceitos de círculos culturais que nos diziam que éramos muito diferentes, com histórias diferentes”, afirma.

Numa Europa em sobressalto com a tendência crescente dos nacionalismos que põem em causa princípios basilares da União Europeia, os dois académicos sublinham que o seu entendimento deste conceito é diferente. “O que é um nacionalista? Uma pessoa que ama a sua pátria. Nacionalista e patriota são noções muito próximas”, defende Kuchik.

A emergência de movimentos de inspiração fascista, sobretudo ancorados na memória histórica do Exército Insurgente Ucraniano de Stepan Bandera, e o seu papel, tanto nos protestos de 2014 como na participação da guerra através de batalhões de voluntários, alimentam os receios de que a Ucrânia se possa transformar em terreno fértil de organizações extremistas armadas. Essa percepção também tem funcionado como elemento central na narrativa criada pelo Presidente russo, Vladimir Putin, para justificar a invasão da Ucrânia, país que estaria tomado por neonazis.

Marianna Gladish, a professora de Relações Internacionais, considera que existe “uma incompreensão na Europa sobre o nacionalismo ucraniano”. Um dos argumentos principais entre os ucranianos é o reduzido apoio que partidos de extrema-direita recolhem nas eleições. Nas legislativas de 2019, o Svoboda, o partido mais representativo desta



O nacionalismo ucraniano foi mote para uma conversa com dois professores de Lviv

O historiador Oleksandr Kuchik diz que é em Lviv que muitos estão a preservar “o espírito da Ucrânia”

franja, alcançou pouco mais de 2% dos votos, elegendo apenas um deputado. A académica não acredita que haja aqui qualquer ameaça ao Estado. “Os nossos partidos de extrema-direita não podem ser acusados de terem feito ataques terroristas para ganhar projecção. Não se pode comparar com o IRA, por exemplo”, explica.

Putín e a “História”

A História, as suas interpretações e a sua instrumentalização têm sido factores determinantes no conflito actual. Poucos dias antes de lançar a ofensiva, Putin proferiu um discurso que correu mundo, ao

longo do qual expôs alguns dos princípios que acabariam por orientar a sua acção face à Ucrânia. Referiu-se ao país vizinho como uma construção artificial, argumentando que a sua criação como entidade política se deveu a Lenine, e acorrenou a própria identidade russa à ucraniana.

É irresistível não confrontar um historiador, em Lviv, com esta lição de História “alternativa”. “Como historiador e professor de História, posso dizer que este estudante não estudou nada”, afirma Kuchik, realçando que “a História é um instrumento muito poderoso”.

A visão idílica apresentada por Putin, de dois povos “irmãos”, cujas histórias individuais não podem ser separadas, é frontalmente rebatida pelos académicos ucranianos. “A Ucrânia tem uma história dura e difícil de relações com a Rússia, e não apenas nos últimos oito anos. É assim há séculos”, afirma o historiador, enumerando várias etapas, desde os tempos dos cossacos, passando pela II Guerra Mundial e pela Grande Fome (Holodomor), da época estalinista.

Kuchik encara a História e a identidade russas como estando alicerçadas “a partir do conceito de unir as terras russas”, o que tem justificado as sucessivas guerras.

O passado ocupa grande parte da conversa, mas o futuro é também

Polónia-Portugal

A “caravana humanitária” que já regressa a Portugal com 241 pessoas (e uma dezena de animais)

Reportagem

Renata Monteiro Texto e **Tiago Lopes** Fotografia, em Cracóvia

Kateryna Melnyk não espera que as portas do elevador se abram até ao fim para sair. Na estação de comboios de Cracóvia, na Polónia, parece das poucas pessoas com um rumo definido. “Estão em que plataforma?”, pergunta a estudante de Administração de 20 anos, em português, sem parar de andar. É difícil saber onde está o grupo de 20 mulheres e crianças ucranianas que chegaram num comboio de Varsóvia, acompanhadas por dois missionários.

“Tudo bem”, diz Kateryna, quando desliga a chamada a Eduarda Martins, uma das cidadãs portuguesas que organizaram a “caravana humanitária” que trará para Portugal 241 pessoas.

Muito tranquila, mas despachada, aproxima-se das mulheres, crianças e adolescentes que aguardam com malas, sacos de comida e animais de companhia em grupos espalhados pela estação polaca. Tenta perceber, em ucraniano, se são elas que pretendem vir para Portugal. “Ni”, respondem-lhe, uma e outra vez. Muda para polaco. Tenta agora saber se alguns dos voluntários de colete amarelo que percorrem a estação de comboios para distribuir comida, produtos de higiene e mapas conseguem ajudá-la a ajudar.

“Mesmo que a comida não seja uma emergência para muitas pessoas que aqui chegam, sentir que têm outros a ajudá-la, a recebê-los, pode fazer com que se sintam melhor”, diz Maria, de 22 anos, estudante de Jornalismo em Cracóvia. É o primeiro dia de voluntariado na estação, aonde chegam cada vez mais pessoas que a guerra no país ao lado transformou em refugiados.

A Polónia já recebeu mais de um milhão e 400 mil pessoas desde que Vladimir Putin começou a guerra na Ucrânia, segundo os dados mais recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. A migração forçada levou ao aumento da população do país (38 milhões) pela primeira vez, desde 1987.

Estão a entrar dois ucranianos na Polónia a cada três segundos, escreve o *The Wall Street Journal*.

Anteontem de manhã, Kateryna Melnyk chegou ao ático na residência de estudantes onde vive, em Cracóvia, e ouviu falar português. Com saudades da língua, e mais ainda do país onde viveu oito anos, aproximou-se da central telefónica improvisada por três voluntárias portuguesas e perguntou se podia ajudar. Estefânia, Eduarda e Mariana ficaram a olhar para a rapariga ucraniana de 20 anos, a tentar decidir entre as três se acreditavam que ela tinha mesmo desido as escadas e feito aquela pergunta.

Sabem quase de cor as “listas infinitas” de nomes em ucraniano que montaram nos últimos dias. Quase perderam o avião para Cracóvia por não tirarem os olhos delas. “Pediámos o nome das pessoas, os documentos, o contacto da pessoa em Portugal e contacto de alguém responsável aqui”, diz Estefânia Turpin Vaz. Sabe que estas pessoas estavam a contar que ela, alguém que nunca tinham visto, as ajudasse a chegar a Portugal. “A angústia de pensar que alguém podia achar que ia e depois não conseguir ir... É uma grande responsabilidade”, assume. “Esta ‘caravana humanitária’ são pessoas que largaram as suas vidas, tanto de um lado como do outro.”

A médica interna de 33 anos

despediu-se do Hospital de São José, em Lisboa, e na segunda-feira parte para a Guatemala, com os Médicos do Mundo. “Participei sempre em missões em países com baixos recursos”, conta. “Esta é mais estranha porque é muito próxima, é na Europa (...). Ficamos com a sensação de que isto nos podia acontecer a nós.”

Há pouco mais de uma semana, Eduarda Martins, ortoptista de 31 anos, dizia aos amigos e família que a “caravana humanitária” a que iam juntar-se fora cancelada. Mas a resposta da cunhada e do irmão lançou o estrada 60 pessoas em 25 viaturas que partiram de Portugal com bens e estão a voltar com 241 pessoas: “Nada feito porque? Nós podemos ir na mesma.”

A logística bastaria para arrasar qualquer boa intenção. É preciso arranjar hotéis e alimentação para 301 pessoas (e cães e gatos) e garantir que os carros se mantêm próximos ao longo de mais de três mil quilómetros de viagem.

Os primeiros 600km

Na manhã de ontem, à entrada do gigante hotel-residência de estudantes em Cracóvia, as voluntárias portuguesas tentavam fazer a ligação entre os condutores e os deslocados. “Tradutor!”, ouvia-se, de dez em dez minutos.

Na carrinha onde o PÚBLICO viaja, vão três mulheres, dois meninos de cinco anos e uma

cadela minúscula, Vanessa.

Conhecem-se há sete dias e “são família” desde então. Querem voltar à Ucrânia, para junto dos maridos, que não puderam sair, e dos pais, que não quiseram. Os filhos adolescentes estão noutra carrinha. As crianças não têm passaporte para viajar de avião, explica Stivlana Dovhan.

Deixaram Zhitomir a 4 de Março, de autocarro. Já estavam num abrigo em Varsóvia, à espera de irem para Portugal quando o presidente da câmara da cidade a 150 quilómetros de Kiev disse que edifícios civis – uma central eléctrica e dois hospitais – foram atingidos por ataques aéreos russos, a 10 de Março.

Stivlana Dovhan mostra vídeos da creche improvisada junto à fronteira, em Hrubieszow. Os filhos, que agora saltitam de galochas e mochilas às costas, escalavam uma montanha de peluches. Em Portugal, vai ficar com o irmão, que trabalha num restaurante na Póvoa de Varzim, mas ainda não sabe como será a escola dos filhos mais velhos.

Os primeiros 600 quilómetros de Cracóvia até Leipzig terminam com o grupo a passar a noite dividido entre uma escola e um estádio de futebol, que a câmara da cidade alemã cedeu, sem custos. No autocarro de Torres Vedras, vai um bebé que faz hoje um ano. “Tem de haver festa”, concordam todos.

fruto de discussão. Enquanto há combates, bombardeamentos e mortes de civis, pode ser difícil olhar para um cenário de paz, mas é isso que os dois académicos tentam imaginar. O que serão as relações entre a Ucrânia e a Rússia depois de tudo isto? “Falar hoje de uma renovação de relações com um país que nos está a destruir é muito difícil”, começa por admitir Kuchik.

Uma pré-condição para qualquer reatar de relações retine consensos. “As nossas relações futuras só podem ser reestabelecidas com uma Rússia democrática”, afirma Gladish, explicando que não se trata apenas de afastar Putin do poder. Haverá pedidos de indemnização, pagamento de reparações de guerra e condenação dos responsáveis por crimes contra a humanidade nos tribunais internacionais.

Ainda assim, observa a professora de Relações Internacionais, as novas relações que se vierem a estabelecer “não serão tão próximas como dantes”. Gladish considera que as acções da Rússia na Ucrânia estão a criar um ódio que durará gerações. Ainda assim, os dois professores não negam que possa subsistir quem deseje uma ligação mais intensa. “Mesmo quando está debaixo de bombardeamentos, há gente que continua a amar a Rússia e a amar Putin”, diz Gladish.





Zona euro Estados e bancos centrais à procura de soluções para evitar estagflação

Sérgio Anibal

Uma crise diferente das anteriores obriga decisores a encontrar as políticas certas para travar a inflação e segurar a economia

Ainda com a economia a recuperar da pandemia e com os legados das suas intervenções extraordinárias longe de estarem resolvidos, Estados e banco central da zona euro já estão a ter de fazer face a uma nova crise económica, com características completamente diferentes da anterior, mas com um exemplo vindo dos anos 1970 que pode servir de receita para as políticas do presente.

O perigo económico em cima da mesa é o da estagflação. Este é o termo utilizado por economistas para definir um período em que, em simultâneo, se regista uma estagnação da economia, com desemprego elevado, e uma subida da inflação.

Nas crises mais recentes vividas na zona euro, em particular na crise das dívidas soberanas, o que aconteceu foi uma recessão profunda da economia, mas com uma descida da inflação, num cenário de quebra acentuada da procura.

Atualmente, aquilo a que se assiste, já desde meados do ano passado, é a uma subida muito significativa da taxa de inflação na zona euro, para os valores mais altos desde a existência da moeda única (5,8% em Fevereiro), temendo-se agora que, com os impactos da guerra na Ucrânia e as sanções económicas aplicadas à Rússia, se verifique não só uma escalada ainda maior dos preços, mas também um abrandamento ou mesmo estagnação da economia.

É no preço da energia que reside o problema. A guerra na Ucrânia está a trazer, por causa da importância da produção russa, mais um choque petrolífero ao planeta, com o preço do barril de crude a superar largamente os 100 dólares e ameaçando aproximar-se dos 150 dólares, caso se venha a verificar um bloqueio total ao petróleo russo.

Foi também um choque petrolífero do mesmo género, em 1972 e 1973, que colocou a economia mundial

numa situação de estagflação. Nesse caso, foi evidente a forma como este fenómeno dificulta a vida daqueles que têm de decidir as políticas económicas.

O problema é que muitas das políticas destinadas a combater a inflação, como subidas das taxas de juro ou redução da despesa pública, têm um efeito negativo no crescimento económico. E as políticas que pretendem estimular o crescimento no curto prazo correm o risco de provocar uma ainda maior inflação.

Nos anos 1970, foi preciso uma década para que as economias se livrassem da estagflação, e tal só aconteceu quando os bancos centrais, com subidas drásticas de taxas de juro, conseguiram controlar a inflação, lançando as economias para uma recessão. Será isso que, agora, os líderes políticos europeus terão de tentar evitar.

BCE “passo a passo”

Do lado do banco central, a guerra na Ucrânia e os riscos económicos que trouxe já forçaram os seus responsáveis a mudar. O BCE já estava, perante a subida da inflação já registada até Fevereiro, a planear uma retirada das medidas de estímulo lançadas na pandemia durante este ano. Mas, agora, decidiu acelerar o processo.

No final de Março dá por concluído o programa de compras de dívida pública de emergência lançado durante a pandemia e depois irá reduzir o volume das compras de activos do programa que já existia antes da crise pandémica para 40 mil milhões de euros em Abril, 30 mil milhões em Maio e 20 mil milhões em Junho, podendo chegar ao fim no terceiro trimestre. Uma subida das taxas de juro acontecerá “algum tempo depois”.

É uma aceleração evidente da retirada dos estímulos monetários, já que em Dezembro o BCE tinha dito que as compras seriam de 40 mil milhões de euros ao mês no segundo trimestre, de 30 mil milhões de euros no terceiro trimestre e, a partir daí, de 20 mil milhões de euros ao mês, até ser considerado necessário.

O banco central demonstra assim que quer ser mais agressivo a contrariar a inflação. Mas, ao mesmo tempo, num sinal de que o risco de estagflação



No final de Março, BCE dará por concluído o programa de compras de dívida pública de emergência lançado em

Preço do petróleo dispara com a guerra

Barril de Brent, em dólares



Fonte: Reuters

PUBLICO

“A verdade é que enfrentamos momentos de desafio com crescimento muito baixo e inflação elevada”, reconheceu ontem Mário Centeno

ção está a ser considerado como possível em Frankfurt, a sua presidente, Christine Lagarde, fez questão de assegurar que este combate da subida de preços irá ser feito “passo a passo”, conforme forem evoluindo os dados económicos, precisamente para evitar um impacto muito negativo para a actividade económica.

Ontem, o governador do Banco de Portugal e membro do conselho de governadores do BCE, Mário Centeno, defendeu que a zona euro não está ainda a enfrentar um cenário de estagflação, mas reconheceu que a verdade é que enfrentamos momen-

tos de desafio com crescimento muito baixo e inflação elevada.

E aproveitou para deixar uma mensagem aos governos: a de que, perante este novo desafio, não pode ser só o banco central a agir. O BCE, disse, “acompanhou e vai continuar a acompanhar aquilo que são os desafios económicos e financeiros da área do euro”, mas vai ter de “procurar uma posição mais neutra”, isto é, a apoiar menos a economia e a combater mais a inflação.

“É isso que a normalização da política monetária significa. Menos acomodaticia, mas, para que isso seja conseguido, a dimensão orçamental europeia deve acompanhar”, afirmou.

Aquilo que os Estados podem fazer é diferente daquilo que lhes foi pedido em anteriores crises e que passou essencialmente por compensar a perda de consumo com despesa e investimentos públicos. A principal tarefa parece ser agora limitar a subida de preços e custos na economia. A opção mais evidente é a redução dos impostos sobre os bens energéticos, como os combustíveis. Em Portugal, já foi anunciada uma diminuição do ISP e o Governo defende igualmente a possibilidade de, a nível europeu, se proceder a uma redução do IVA cobrada na venda dos combustíveis.

São medidas que implicam custos

RONALD WITTEK / ZBPA

Política monetária

“O BCE agiu tarde e agora vai ter uma missão muitíssimo delicada”

Entrevista

Sérgio Aníbal

Ricardo Reis Considera a entrada num cenário de estagflação semelhante ao dos anos 1970 improvável, mas não impossível

O Banco Central Europeu (BCE) deixou durante os últimos seis meses que as expectativas de inflação subissem, e agora, perante o forte impacto da guerra nos preços da energia, vai ter de fazer um “exercício de equilíbrio muitíssimo difícil” para evitar a escalada dos preços sem provocar uma recessão, avisa o economista e professor na London School of Economics Ricardo Reis. **Perante os efeitos da guerra e com as expectativas de inflação a subirem mais, o BCE optou por acelerar a conclusão do programa de compras de dívida pública. Fez bem?**

Tendo em conta a aceleração da inflação dos últimos meses, o BCE tinha de restringir a política de forma a controlar essa subida dos preços. Se o devia ter feito através de uma subida das taxas de juro ou de um término acelerado do programa de compras de dívida, já é discutível. Mas, sim, era importante reagir à inflação.

Porque é que era importante reagir?

Há seis meses, já se percebia que a inflação tinha condições para acelerar na zona euro. E a política monetária do BCE era, nessa altura, demasiado acomodatória. Em Outubro, Christine Lagarde disse peremptoriamente que nunca subiria as taxas de juro em 2022, o que claramente já não era a mensagem certa nessa altura. Com o aumento da inflação a que se assistia e com esta política extremamente acomodatória, as expectativas de inflação ficaram, se não desancoradas, pelo menos abaladas. E, agora, com o impacto da guerra na Ucrânia, o que se tem é um receio muito grande de que, com o aumento inevitável da inflação à conta dos preços da energia, as expectativas fiquem desancoradas. É por isso que é importante o BCE mostrar que está preocupado com a inflação e que reagirá a ela.

Mas não existe o risco de

penalizar demasiado o crescimento económico, que também está a ter o impacto negativo da guerra?

Se as expectativas da inflação estivessem ancoradas, se não tivéssemos tido os últimos seis meses de aceleração da inflação e se a política monetária não tivesse sido tão acomodatória nos últimos seis a 12 meses, então não era claro que tivéssemos de responder à guerra na Ucrânia e à subida dos preços da energia com uma subida das taxas de juro, antes pelo contrário. A forma correcta seria deixar que os preços subissem, sem exagerar na resposta da política monetária porque essa resposta poderia causar uma recessão. Mas isso deixou de ser possível por causa dos últimos seis meses.

Portanto, o BCE agiu tarde demais?

Não tão tarde como a Reserva Federal, mas um pouco tarde demais. E, por conta disso, vai ter agora uma missão muitíssimo delicada nos próximos meses. Vai ter de subir as taxas de juro ao ritmo certo, o que vai ser um exercício de equilíbrio muitíssimo difícil. Se a política monetária for demasiado branda nos próximos meses, a inflação pode de facto disparar de uma forma que depois se torna muito difícil de reverter. Por outro lado, se for demasiado agressiva, o que vamos ter é o que aconteceu várias vezes na história da política monetária dos últimos 60 anos, que é um banco central a responder demasiado agressivamente a um aumento do preço da energia e, ao fazê-lo, causar uma recessão. Um trabalho feito pelo economista Jim Hamilton mostra que mais de metade das recessões do pós-guerra

surgiram depois de a Reserva Federal subir as taxas de juro demasiado em resposta a um choque petrolífero.

Estamos a entrar em estagflação?

Um aumento dos preços da energia leva a um aumento da inflação e a uma quebra no crescimento económico. Portanto, é um choque na oferta e é um choque estagflacionário. No entanto, quando falamos de estagflação, normalmente estamos a falar de um período prolongado de recessão e inflação alta. Isto não é de todo claro que aconteça, depende muito das políticas monetárias, das políticas orçamentais e da duração do conflito.

Mas é possível que se entre numa situação de estagflação semelhante à dos anos 1970? As condições são parecidas?

Acho improvável, mas não quer dizer que seja impossível. E há semelhanças. O que aconteceu nos anos 70 foi precisamente que, nos seis anos anteriores ao choque petrolífero de 1972/73, a Reserva Federal tinha perdido o controlo das expectativas de inflação à conta de uma política demasiado

hesitante e frouxa. Antes da guerra, eu já defendia que se podia estar a fazer o mesmo agora, mas estava longe de imaginar que íamos ter agora um choque petrolífero tal como tivemos na altura. Nesse sentido, temos realmente aqui os ingredientes para uma estagflação acontecer. No entanto, temos de ser mais quantitativos. Agora, o desancorar das expectativas é uma coisa que tem uns meses, não são anos. E o aumento do preço de petróleo em termos reais ainda não está ao nível dos anos 1970. O que aconteceu nessa altura foi um quadruplicar dos preços do petróleo, que depois ficaram altos durante uma década. Não é o mesmo que tivemos no último mês. **Na Europa, os Estados estão a preparar-se para aumentar as despesas com a defesa e a investirem muito para acelerarem a transição energética. Isso pode fazer subir a inflação?**

Não é claro. São políticas que diminuem o crescimento económico, porque o investimento público em armas não é o mesmo que o investimento público em auto-estradas. E a transição energética não deixa de ser um aumento dos custos de produção da indústria, para que esta internalize, como deve ser, a poluição e a exaustão dos recursos naturais. Mas não é claro que estas políticas conduzam necessariamente a um aumento dos défices públicos, que possa contribuir para as pressões inflacionistas.

Na Europa, os Estados devem, como fizeram com a pandemia, deixar subir os défices?

Vai haver quem defenda mais défices. Mas acho difícil que, num cenário de contracção da globalização e de subida das taxas de juro, haja muito espaço orçamental para grandes aumentos de dívida pública e défices elevados durante três ou quatro anos. E, depois, a estagflação é um choque do lado da oferta. E não é uma coincidência que a política económica do lado da oferta (*supply side economics*) tenha surgido nos anos 1980, depois da estagflação. Porque quando há um choque da oferta, quer dizer que o Estado, em vez de pensar mais em termos de procura, aumentando a despesa pública e os défices, tem de começar a pensar mais em coisas que estimulem o lado da oferta, ou seja, o que é que torna o país mais produtivo e competitivo.



O aumento do preço de petróleo em termos reais ainda não está ao nível dos anos 1970

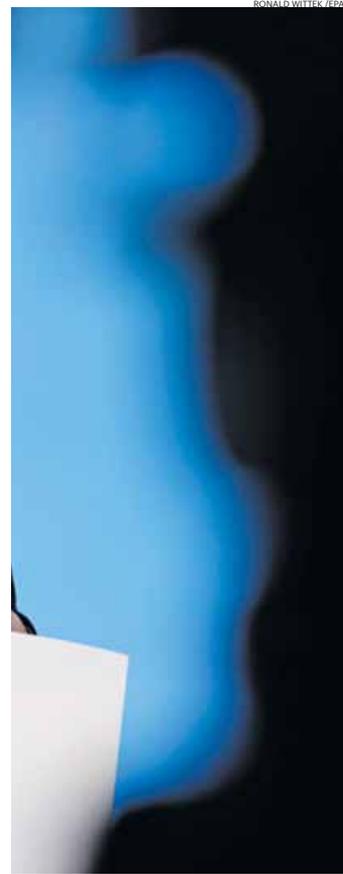


orçamentais, mas que podem ajudar a contrariar a escalada imediata da inflação, o que acaba por ajudar os bancos centrais a não terem de subir tanto as taxas de juro.

Outras medidas, ainda mais agressivas, podem ser possíveis. A economista norte-americana Isabella Weber recomendou, recentemente, a introdução de controlos de preços nos sectores pouco competitivos e em que as margens de lucro são elevadas. Uma ideia que, nas actuais circunstâncias, dificilmente será posta em prática na Europa.

Em simultâneo, o conflito militar na Ucrânia faz a Europa preparar-se para realizar fortes investimentos numa transição energética mais rápida, que lhe permita ser menos dependente da Rússia, e para aumentar a despesa militar. Este esforço orçamental, com mais despesa pública e investimento, até pode ajudar a economia, mas, ao mesmo tempo, pode criar pressões inflacionistas.

Numa coisa, contudo, tudo permanece igual na política económica europeia: na cimeira ontem realizada em Versalhes, enquanto países como a França e a Itália defenderam a emissão conjunta de dívida para financiar o aumento da despesa militar e a transição energética, essa ideia foi recusada por países como a Alemanha ou os Países Baixos.



durante a pandemia

Guerra na Ucrânia

Armas enviadas pelos aliados Rússia ataca a Ocidente para travar reabastecimento

Sofia Lorena

Raides contra aeródromos próximos das fronteiras. Moscovo vai engrossar fileiras com “voluntários” do Médio Oriente

Os primeiros ataques da ofensiva russa na Ucrânia visaram bases aéreas: muitos dos alvos foram atingidos, mas não destruídos, e Moscovo, com força aérea significativamente superior à ucraniana, ainda não conseguiu impor a sua supremacia nos céus. Esse objectivo era essencial para permitir um avanço rápido das colunas mecanizadas no terreno, unidades que acabaram por ficar expostas aos ataques ucranianos. Para explicar os desaires russos, especialistas militares e serviços secretos ocidentais têm sublinhado ainda a aparente falta de coordenação e de liderança, enquanto vários relatos de soldados capturados pela Ucrânia mostram que muitos pensavam ter sido mobilizados para exercícios.

Ontem, pela primeira vez em vários dias, houve bombardeamentos em zonas até aqui longe das linhas da frente, incluindo contra aeroportos e outras estruturas militares de aviação. Alguns aconteceram na região ocidental da Ucrânia. Ao mesmo tempo, Vladimir Putin fez saber que aprova que milhares de combatentes do Médio Oriente se unam às forças na Ucrânia: o ministro da Defesa, Serguei Shoigu, precisou que 16.000 “voluntários” estão prontos para lutar no Donbass. Esta notícia surge depois de o porta-voz de Shoigu, Igor Konashenkov, ter admitido que há conscritos – a cumprir o serviço militares obrigatório – em combate na Ucrânia, e não apenas soldados profissionais, ao contrário do que Putin garantiria.

Os novos raides parecem ter dois objectivos; por um lado, neutralizar as defesas ucranianas em antecipação de avanços de infantaria; por outro, dificultar o transporte de armamento e outro material que tem entrado na Ucrânia a partir dos países aliados vizinhos, membros da NATO e da União Europeia, nomeadamente da Polónia. Vários analistas militares já

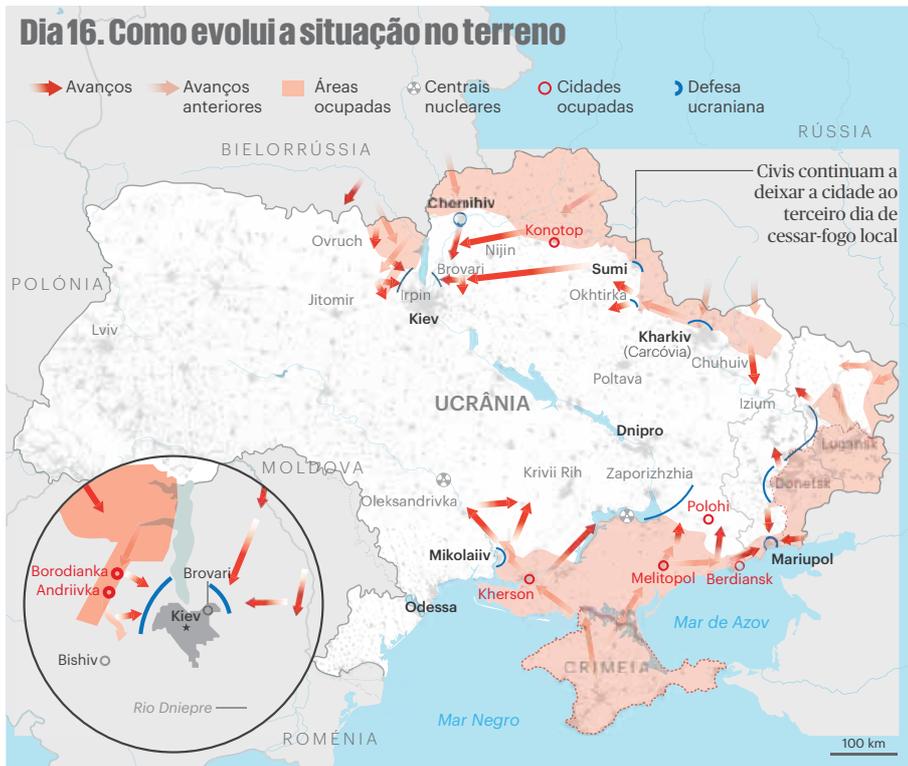
tinham notado com surpresa que os russos ainda não tinham tentado atacar estes “corredores”, sugerindo que evitavam fazê-lo por receio de atingir directamente “rotas de reabastecimento ocidentais”, o que poderia implicar uma escalada no conflito.

“O que eles estão a fazer, na minha opinião, é impedir ou prepararem-se para impedir o maior número possível de abastecimentos que vem do Ocidente para a Ucrânia”, afirmou à CNN Cedric Leighton, coronel e analista militar norte-americano, notando que os aeródromos atacados estão entre os mais próximos da fronteira com a Polónia, Eslováquia e Hungria.

Depois de 15 dias com as tropas russas focadas em Kiev, a norte; nas cidades portuárias junto ao mar Negro e perto da Crimeia; e na região do Donbass, imediatamente a leste, onde se situam as províncias separatistas de Donetsk e Lugansk, a madrugada de ontem ficou marcada por explosões em Lutsk (Noroeste), a menos de 90 quilómetros da Polónia; Ivano-Frankivsk (Sudoeste), uns 250 quilómetros a sul e a 153 quilómetros da Roménia; e Dnipro (Centro), nas margens do rio Dniepre, o maior curso de água do país – Kherson, a primeira grande cidade ocupada pelos russos, no dia 3, fica estrategicamente localizada na foz deste rio.

O ataque contra Lutsk foi o terceiro desde o início da ofensiva e teve como alvo a base militar da cidade e o seu aeródromo. De acordo com o chefe da administração regional de Volin (de que Lutsk é a capital), Iuri Pohuliaiko, os bombardeamentos mataram quatro militares ucranianos e fizeram seis feridos. “Quatro mísseis foram disparados contra o aeródromo militar de Lutsk por um bombardeiro russo”, confirmou Pohuliaiko na rede social Telegram. Pouco depois, “três poderosas explosões”, segundo a descrição do assessor do Presidente ucraniano, Volodimir Zelenskii, sacudiam Ivano-Frankivsk. De acordo com o porta-voz do Ministério da Defesa russo, Igor Konashenkov, foram usadas armas “de longo alcance e com alta precisão” que deixaram os aeródromos militares das duas cidades “fora de acção”.

Já em Dnipro, cidade de um



Fonte: Instituto para os Estudos da Guerra, NYT

A caminho de nova ordem mundial

Ponto de Vista



Jorge Almeida Fernandes

A prazo, a mais relevante consequência da invasão da Ucrânia será o seu efeito sobre a ordem mundial, o que já se sente, mas de forma tênue. No seu encontro de três horas, no dia 4 de Fevereiro em Pequim, Xi Jinping e Vladimir Putin fizeram registar no comunicado final: Pequim e Moscovo entendem que o mundo deve ser “multipolar” e dizem-se a favor de uma “democracia autêntica”. Denunciaram uma “atitude de guerra fria” por parte dos Estados Unidos e comprometem-se a uma larga colaboração. O documento refere o expansionismo da NATO e a questão de Taiwan, mas ignora a Ucrânia.

As palavras não eram novas, e já antes Pequim e Moscovo tinham apelado a uma nova ordem internacional, mas significavam um largo passo na aproximação dos dois países e na sua hostilidade comum aos EUA. A primeira pergunta é: Moscovo e Pequim constituem um novo bloco político contra o bloco ocidental? Este é um modelo que levaria a arranjos semelhantes aos da antiga Guerra Fria, coisa a que Pequim sempre se opôs e continua a opor. A sua estratégia económica seria posta em causa. De resto, o Império do Meio não gosta de alianças que o amarrem, preferindo acordos, pactos ou parcerias.

Mas ao alinhar com Moscovo na véspera da invasão, Pequim corre um risco perigoso, o de se ver envolvida num conflito em que não tem qualquer interesse. Ignora-se

se, ou quando, Putin avisou Xi. Na véspera da invasão, todos os analistas e funcionários chineses recusavam a possibilidade do ataque e denunciavam o alarmismo americano.

Se não se sabe o que disseram os dois líderes, dizem os sinólogos que é extremamente improvável que Xi tenha dado uma luz verde a Putin. No seu encontro com Emmanuel Macron, disse o dirigente chinês: “Todas as partes interessadas devem aderir a um acordo político, recorrer a todas as plataformas e encontrar uma solução global para a questão ucraniana através do diálogo e da consulta”. Tudo isto indica que a invasão foi um acto unilateral de Putin e que, de resto, manifesta a sua independência em relação a Pequim. É também provável, dizem sinólogos, que Xi tenha calculado que uma guerra feriria a Rússia, a Europa e os Estados Unidos muito mais do que a China. São especulações, na realidade, nada sabemos.

O embaraço de Pequim

Não faltaram os indícios de mal-estar de Pequim. Por um lado, recusam falar em guerra, falam em conflito. Por outro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, não se cansa de repetir que a China “defende sempre que a soberania e a integridade territorial de todos os países devem ser respeitadas” e que “a Ucrânia não é excepção”. Declarou-se “extremamente preocupado com o sofrimento dos civis”. Por fim, o ponto mais manifesto do embaraço da China foi a abstenção na votação no Conselho de Segurança da ONU. Para lá disto, Pequim tem dado a entender que poderia ser mediadora no conflito. É uma hipótese absurda que exigiria que Putin estivesse prestes a fazer concessões de vulto aceitáveis pela Ucrânia. Pequim não

se sairia bem.

A invasão da Ucrânia não garante um futuro brilhante às relações Rússia-China. Pequim tem interesse na aproximação, sobretudo em termos geopolíticos. A Rússia também porque está isolada. É um “casamento de conveniência” em que Moscovo é o *junior partner* e não o pólo dominante. “Um eixo Pequim-Moscovo mais forte encorajaria os rivais da China a unirem-se contra ele”, escrevem os sinólogos Jude Blanchette e Bonny Lin, do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (CSIS), de Washington. Também na Europa, a China teme sofrer uma ressaca comercial.

“Na Ucrânia, a China está a jogar um jogo perigoso, de que se pode vir a arrepender”, comentavam os dois sinólogos na véspera da invasão. Consumada esta, Bonny Lin observou que Pequim “tentava equilibrar os seus vários objectivos, mas todas as indicações dão, neste momento, prioridade à Rússia”. Outro analista anotou que “o principal objectivo político de Pequim é enfraquecer a ordem liberal liderada pelos EUA.” A Rússia e a China são grandes potências absolutamente interessadas na destruição dessa ordem.

A lição que se pode tirar é que, aos olhos de Pequim, a invasão da Ucrânia foi um acto nocivo, mas que não altera a sua principal meta. O que Xi não calcularia é que a aventura militar de Putin iria desestabilizar o mundo. A desordem semeada por Putin é exactamente o oposto da estabilidade internacional de que Xi precisa para consolidar os êxitos da China. E muito menos imaginaria que o seu amigo Putin iria pôr em causa o *slogan* da decadência ocidental, provocando um alinhamento geral da Europa e dos EUA, da NATO e dos seus aliados. A futura visão da ordem internacional depende largamente do desfecho da guerra na Ucrânia. Muito em breve, a tropas de Putin estarão atascadas na lama da Primavera. Têm muito pouco tempo para conquistar as cidades, o que faz perder dias de guerra selvagem. Será a altura de Pequim jogar as suas cartas para tentar proteger a Rússia. A tensão nos países da NATO na fronteira da Rússia vai ser intensa e perigosa. O fim da guerra, em que se decidirá a unidade ou a destruição da Ucrânia, exige a máxima pressão da União Europeia e dos Estados Unidos. A “nova ordem mundial” demorará a revelar-se.

Jornalista

milhão de habitantes que nunca tinha sido atacada, o alvo terá sido um complexo industrial, mas os serviços de emergência dizem que os “três raids aéreos” atingiram ainda “uma creche, um prédio e uma fábrica de calçado” e provocaram um morto.

Ganhar mobilidade

A localização da quarta maior cidade da Ucrânia, junto ao rio Dniepre, sugere que os russos querem fixar-se num local que lhes dê grande mobilidade, ao mesmo tempo que poderão travar o reabastecimento das tropas ucranianas envolvidas nos confrontos na região de Mariupol, no mar de Azov e perto de Donetsk (da parte que escapa ao controlo dos separatistas), e em todo o Leste. O Dniepre marca precisamente a separação entre o Leste e o Oeste do país. Ao mesmo tempo, diz Leighton, a partir daqui os russos poderão “deslocar forças do Sul, do Nordeste e, depois de ocuparem a cidade, podem deslocar essas forças até ao vale do rio e em direcção a Kiev”.

Em redor de Kiev, a muito noticiada e gigantesca coluna militar (que terá chegado a ter mais de 60 quilómetros de comprimento) que há uma semana parecia parada, está a dispersar-se para zonas de florestas nas imediações da capital, aparentemente para se reagrupar noutros pontos da região, a partir das quais se acredita que seja lançada nova ofensiva sobre Kiev. De acordo com novas imagens de satélite partilhadas pela empresa norte-americana Maxar Technologies, os tanques, blindados e artilharia que a compõem terão sido “amplamente redistribuídos”.

Estas movimentações são vistas pelo Governo ucraniano como antecipando o inevitável assalto à capital. Londres concorda: o Ministério da Defesa do Reino Unido refere que a Rússia está “provavelmente a procurar redefinir e reposicionar as suas forças para uma actividade ofensiva renovada nos próximos dias” que provavelmente “incluirá operações contra a capital, Kiev”.

Mas os analistas militares estão divididos: alguns acreditam que estas manobras assinalam um assalto iminente, outros vêem apenas esforços para conduzir as tropas até posições mais protegidas. Isto um dia depois de serem divulgadas imagens de um ataque de um *drone* ucraniano que mostram a confusão lançada numa coluna de tanques russos atacada em Brovari, um subúrbio a leste da capital. Segundo o Ministério da Defesa de Kiev, as forças russas “sofreram perdas significativas em pessoal e equipamento”, sendo forçadas a retirar. Certo é que, face aos sucessos ucranianos nos ataques “às linhas de abastecimento”, nota Thomas Bullock, analista da empresa de defesa Janes ouvido pela CNN, os russos “começam a reorientar as suas forças para uma guerra mais longa”.

Os bombardeamentos em Dnipro atingiram um edifício residencial, uma creche e uma fábrica de calçado



O que eles estão a fazer é impedir ou preparar-se para impedir o maior número possível de abastecimentos que vêm do Ocidente para a Ucrânia

Cedric Leighton
Coronel e analista militar norte-americano



ALEKSEY DRUZHININ/REUTERS

Guerra na Ucrânia 

Conversações em Viena

Rússia deixa negociações do programa nuclear do Irão suspensas indefinidamente

María João Guimarães

Depois de 11 meses de avanços e recuos, as delegações que se reúnem regularmente em Viena tinham, finalmente, um texto quase final para um acordo, e tudo parecia tão certo que já estava a ser erguido um palanque no hotel em que estão a decorrer as conversações, relataram diplomatas envolvidos.

Mas uma exigência de última hora da Rússia está a pôr tudo em causa, em mais uma consequência da guerra da Ucrânia: Moscovo quer que as suas relações comerciais com o Irão não sejam afectadas pelas sanções de que está a ser alvo por causa da invasão, algo que os Estados Unidos dizem ser impossível de ter em conta.

O medo agora é que a invasão russa da Ucrânia leve Moscovo a não ceder, e diplomatas temem que as conversações estejam, de facto, reféns da guerra na Ucrânia, escreve o *Washington Post*.

“Devido a factores externos, foi preciso fazer uma pausa nas conversações de Viena”, disse o responsável pelas Relações Externas da UE, Josep Borrell. “Há um texto final praticamente pronto na mesa”, lamentou, sem se referir às exigências russas.

O acordo era dado como certo, como dizia o professor de Estudos do Médio Oriente e Política Internacional na Universidade John Hopkins Vali Nasr, numa entrevista ao PÚBLICO: “O Irão quer um acordo antes do Ano Novo iraniano [a 22 de Março].” “Os EUA também.”

O analista Trita Parsi comenta a “grande surpresa” que a notícia provocou, mas diz que esta pode não ser, ainda, a morte do novo acordo, pon-do a hipótese de que a Rússia possa estar a usar estas novas reivindicações como meio de pressão no momento, e que as flexibilize, usando o adiamento do acordo “num ponto crucial da vulnerabilidade de Washington a preços altos do petróleo”.

O Irão deverá agora pressionar Moscovo para flexibilizar as suas exigências, diz o *Post*. Mas, por outro lado, já deixou claro que o país não pode arriscar-se a alienar a Rússia, segundo um diplomata envolvido nas conversações citado pelo jornal.

O Irão tem duas hipóteses, e nenhuma é boa, diz Parsi: “Aceitar o fim potencial do acordo e as sanções, ou tentar um acordo potencial com os Estados Unidos fora do quadro [das actuais conversações].” Estas



Ali Bagheri Kan, negociador iraniano, tentará pressionar Moscovo

incluem Reino Unido, França, Alemanha, China, Rússia e Irão e EUA de forma indirecta (o Irão tem recusado conversações directas com a delegação norte-americana).

“Penso que ainda há uma via aberta para fazer reviver o acordo, dado que os Estados Unidos e o Irão parecem estar de acordo” disse à agência Reuters Henry Rome, analista especializado em Irão no grupo Eurasia. “Mas vai ser preciso uma dose de criatividade e flexibilidade para encontrar um modo de trabalhar com, ou, mais provavelmente, con-

“Ainda há uma via para fazer reviver o acordo, dado que os Estados Unidos e o Irão parecem estar de acordo. Mas vai ser preciso criatividade”

Henry Rome
Analista do grupo Eurasia

tornando, Moscovo.”

“Como coordenador vou continuar em contacto com todos os participantes e com os Estados Unidos para ultrapassar a situação actual e concluir o acordo”, declarou ainda Borrell

A Rússia tem um papel-chave no acordo, já que é responsável pelo armazenamento do excesso de *stock* de urânio enriquecido no Irão.

A anexação russa da Crimeia e o apoio aos separatistas do Donbass de 2014 não tiveram efeito na assinatura do acordo para o nuclear iraniano, lembra Parsi. O acordo foi assinado em 2015 pelo então Presidente norte-americano, Barack Obama, mas o Presidente seguinte, Donald Trump, retirou os EUA do acordo, voltando a impor sanções ao Irão e tornando-o ineficaz: Teerão passou a aumentar os limites estabelecidos de produção de urânio enriquecido para um ritmo em que se teme que possa chegar a uma quantidade suficiente para ter uma arma nuclear em pouco tempo.

Ainda em Dezembro, a Administração norte-americana dizia que era urgente chegar a um acordo com o Irão antes de este ponto ser ultrapassado, e que o horizonte para as negociações resultarem era de “semanas”. O medo é que uma nova pausa prolongada nas negociações possa fazer com que o Irão passe entretanto este ponto de não retorno.

Alimentação

FAO prevê subida de 21,5% do preço do trigo em 2022 no pior cenário

Isabel Aveiro

No pior cenário, ou mais severo, os preços mundiais poderão subir este ano 21,5% no caso do trigo, 19,5% no milho, 20% para outros cereais de grãos (cevada, centeio, aveia, sorgo e painço) e 17,8% para oleaginosas (como colza e girassol, mas incluindo também o amendoim, que são base para os óleos vegetais), segundo as previsões da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO, na sigla em inglês).

No médio prazo, ainda sob o prisma mais severo, o trigo poderá ter subidas de 19,4%, o milho de 13,9%, os outros grãos de 15,4% e as oleaginosas de 13,3%, devido à redução da oferta na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, conflito que se desenrola desde 24 de Fevereiro e que encerrou o mar Negro ao comércio internacional, e das sanções económicas impostas desde aí.

Os dados foram resumidos ontem pelo director-geral da organização e antigo vice-ministro da Agricultura da China, Qu Dongyu, na reunião extraordinária dos ministros da Agricultura do G7.

A FAO faz previsões em dois cenários (um mais moderado e outro mais severo) para o curto prazo (este ano) e médio (até 2026), salientando a organização que as estimativas resultam de modelo científico, mas que são, ainda assim, “preliminares e sujeitas a revisões contínuas”.

Para um cenário moderado, a redução nas exportações de cereais da Ucrânia e da Rússia levaria a “aumentos nos preços globais relativamente à linha de base, a curto prazo (2022)”, de 8,7% no trigo (10,3% no médio prazo); de 8,2% no milho (8,5% a médio prazo); de 9,6% para os outros grãos (9,1% a médio prazo); e de 10,5% para as oleaginosas (8,5% a médio prazo).

Para 26 países, Ucrânia e Rússia representam 50% do trigo importado.

Qu Dongyu, que recordou que o índice de preços de alimentos medidos pela organização a que preside já estava em máximos históricos, de 26 anos, antes de a guerra ter começado, sublinhou a importância dos dois países para a oferta global de trigo, milho e girassol e como isso pode ter efeitos noutras oleaginosas. O indicador da FAO que reúne a média de preços de cinco índices de preços de bens alimentares (carne, lacticínios, cereais,

óleos vegetais e açúcar) ponderados pela média das quotas de exportação mundial de cada um dos grupos no período de 2014-2016 ficou em Fevereiro 20,7% acima de igual mês de 2021 – já então em máximo de sete anos.

“Em 2021, as exportações de trigo da Federação Russa e da Ucrânia representaram cerca de 30% das exportações do mercado global. Juntas, as exportações de óleo de girassol representaram 55%.” Além disso, Ucrânia e Rússia são “igualmente importantes no comércio internacional de milho, cevada e óleo de colza”.

Como o PÚBLICO já avançou, será no milho que os cortes de abastecimento a Portugal, vindo da Ucrânia, se deverão sentir. Dos 152,05 milhões de euros de cereais importados por Portugal à Ucrânia em 2021, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o milho representou 99,76% do total.

A Ucrânia foi, no ano passado, a origem de 34,5% de todo o milho que Portugal importou, equivalente a 46,6% do total das importações desse grão fora da União Europeia. No total, o país que foi invadido pela Rússia há duas semanas representou 16,26% do



A Ucrânia e a Rússia representam 50% do trigo importado por 26 países, alerta a FAO

valor global das importações directas de cereais de Portugal entre Janeiro e Dezembro de 2021.

Nas oleaginosas, o impacto do conflito e das suas consequências no comércio mundial do óleo de girassol pode levar à substituição por outros semelhantes, “causando provavelmente efeitos colaterais nos preços de outros óleos vegetais, tais como palma, soja e óleo de colza”.

“Assim”, alerta o presidente da FAO no discurso tornado público ontem, “a crise representa um desafio para a segurança alimentar de muitos países”, e especialmente para aqueles que, com menor rendimento, são mais dependentes da importação de alimentos, e para os grupos populacionais mais vulneráveis.

Não é então de estranhar que a FAO afirme que, a cumprirmos-se as suas previsões, “estes cenários indicam um aumento adicional no número de pessoas subnutridas”.

Resposta a Manuel Carvalho

Opinião



Boaventura de Sousa Santos

No dia anterior ao artigo mencionado por Manuel Carvalho, publicava o *Jornal de Letras* um artigo meu intitulado *É ainda possível pensar com complexidade?* A certa altura, pode ler-se o seguinte:

“No eixo Atlântico Norte, a polarização de opiniões é tal que deixou de ser possível introduzir complexidade na discussão, uma posição muito semelhante à que se viveu no imediato pós-II de Setembro. Qualquer posição que contextualize ou problematize é considerada traição. Putin também tem seguidores igualmente primários. Alguns sectores da esquerda (por exemplo, no Brasil e em Portugal) recusaram-se a condenar a invasão da Ucrânia. Talvez por pensarem que Putin é um legítimo herdeiro da União Soviética? Não se terão dado conta de que Putin é um líder conservador próximo da extrema-direita europeia crítico de Lenine e com contactos privilegiados com Marine Le Pen e Donald Trump? Aliás, o apoio do partido comunista russo a Putin é comedido e alguns dos seus líderes não têm hesitado em distanciar-se dele. Em entrevista à BBC, em 28 de Fevereiro, o vice-presidente do Comité de Política Regional da Duma do Estado do Partido Comunista Russo, Mikhail Matveev, declarou: ‘No meu entendimento, o potencial de reconhecer as repúblicas [Donetsk e Lugansk] e de lhes dar um novo estatuto mais protegido, como foi o caso da Abecásia e da Ossétia do Sul, não foi aproveitado. Aparentemente, o partido da guerra decidiu que não havia sequer necessidade de tentar construir uma nova relação entre a liderança da Ucrânia e essas repúblicas noutras realidades, sendo certo que o exército russo estacionado lá funciona como um escudo e garante que não haverá ataques às cidades de Donbass. Eles [Governo de Putin] nem tentaram. Na minha opinião, esta lógica agressiva está agora a levar a uma crescente exasperação. Quanto mais pessoas forem mortas de ambos os lados, mais difícil se torna parar a batalha... Este é um grave erro da liderança russa que não usou todas as possibilidades para uma solução pacífica do problema. Decidiram cortar imediatamente todas as

perguntas acumuladas com um só golpe” (<https://www.bbc.com/russian/news-60557475>).

Sobre o que penso de Putin a da invasão da Ucrânia dispense-me de maior especificação. Claro que não se exige que um director de jornal, que aliás muito aprecio, leia tudo o que se escreve sobre os temas da actualidade e não é por isso que lhe respondo. Aliás, é de saudar como um sinal da vitalidade da democracia em que vivemos que o PÚBLICO tenha publicado um artigo contra o qual se insurgiu em termos tão veementes o seu director. Não conheço muitos jornais no mundo onde isto seria possível. Parabéns ao PÚBLICO, pois. Respondo-lhe porque a precipitação e a linearidade da sua condenação do meu texto são reveladoras do tempo que vivemos e não desisto de ser sociólogo da minha circunstância.

Na minha longa vida, passei já por três momentos em que não foi possível pensar com complexidade e contracorrente e em que paguei um preço por isso. O primeiro foi logo depois do 25 de Abril. Na altura, houve uma viragem brusca e radical à esquerda e quem não estivesse conosco estava contra nós. Penso que fui na altura o único director de uma Faculdade de Economia que não era filiado no PCP ou num partido próximo. Fui publicamente acusado de ser um agente da CIA (talvez porque tinha acabado de terminar o meu doutoramento na Universidade de Yale). Valeram-me os estudantes ao eleger-me (não sabiam se eu era da CIA, mas pelo menos sabiam que eu fora o único professor a ensinar-lhes Karl Marx antes da revolução de Abril). O segundo momento foi no 11 de

Setembro de 2001. Estava nos EUA – sim, porque nos últimos 35 anos vivi quase metade de cada ano nos EUA, afiliado a uma universidade, e se pensasse deste país o que me é atribuído por M.C. este facto teria difícil explicação – e participava num debate na Universidade de Columbia (Nova Iorque) sobre direitos humanos. Porque na minha intervenção, e apesar de ter condenado veementemente o ataque às Torres Gémeas, usei falar da necessidade de respeitar os direitos humanos em todas as circunstâncias e não desistir de continuar o diálogo intercultural com o mundo islâmico, fui invetivado violentamente pelos meus colegas de Harvard, que quase não consideraram filoterrorista. Nos anos seguintes, estes colegas vieram a justificar a tortura e outras coisas piores contra a Constituição dos EUA. Estamos num novo tempo de extrema polarização. Não a vi na invasão e destruição do Iraque, nem noutras (muitas) situações.

Para mantermos a capacidade de pensar mesmo nos momentos de perigo, como nos ensinou Walter Benjamin, não é nunca saudável que se atinja este nível de polarização. Tal como não é aceitável passar em silêncio a violência e as atrocidades quando elas ocorrem mais longe de nós e não mobilizam a nossa comunicação social. A vida humana para mim tem um valor incondicional. É terrível o sofrimento dos ucranianos, que queriam tão pouco a guerra quanto qualquer de nós. Mas dói-me igualmente as mortes injustas que ocorreram nos mesmos dias noutras guerras em outras regiões do mundo. Nenhuma morte injusta

pode relativizar ou justificar qualquer outra morte injusta. Segundo uma conhecida organização que regista as mortes em guerra em todo o mundo, eis a estatística do período inicial da invasão da Ucrânia (20 de Fevereiro-4 de Março): 114 Ucrânia, 23 Iraque, 511 Iémen, 187 Síria, 192 Mali, 527 Nigéria, 155 República Democrática do Congo, 180 Somália, 112 Burkina Faso (ACLED). Acessível em <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>. O facto de nenhuma das outras tragédias ter merecido qualquer atenção dos meios de comunicação não tem para mim outro significado ou interesse senão o de me permitir conhecer os mecanismos sociológicos da formação do pânico moral e da indignação pública.

É típico das situações de extrema polarização que se atribuem intenções conspirativas ou ocultas à análise que se faz de uma situação. É isso mesmo que faz M.C.. Tem obviamente uma leitura oposta à minha de tudo o que se passou depois de 2014. Mas nem por sombras me passa pela cabeça acusá-lo de ser um agente da CIA. É legítimo que pense diferente. O futuro acabará por esclarecer. Como foi o futuro quem esclareceu que afinal não havia armas de destruição maciça no Iraque, infelizmente só depois de muitos milhares de mortos e de um país destruído. Há, no entanto, um tema que não convém passar em claro porque é de iminente relevância para a Europa. O neo-nazismo não é coisa de menos na Ucrânia. Este país é o único onde líderes neo-nazis foram condecorados pelo Presidente da República e onde as suas milícias (nomeadamente o Batalhão Azov) foram integradas no exército regular. Para não se pensar, mais uma vez, que é conspiração, remeto os leitores para o *think tank* informal da NATO, o Atlantic Council. Reconheceu em 2018 que a Ucrânia tinha um problema de extrema-direita, e em 24 de fevereiro de 2020 publicava um artigo intitulado *Why Azov should not be designated a foreign terrorist organization* (<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/why-azov-should-not-be-designated-a-foreign-terrorist-organization/>). Uma leitura atenta do documento esclarece mais do que eu posso aqui fazer.

Director emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador do Observatório Permanente da Justiça



GLEB GARANICH/REUTERS

Armas biológicas Nações Unidas rejeitam acusações de Moscovo

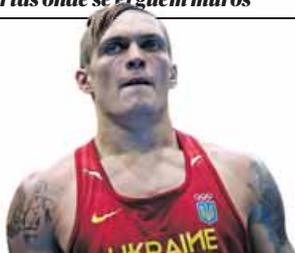
João Pedro Pincha

O Conselho de Segurança da ONU voltou a reunir-se ontem para discutir a guerra na Ucrânia, mas desta vez a pedido da Rússia, que alega ter encontrado provas de que os ucranianos estavam a desenvolver armas biológicas no país com a ajuda dos EUA. A alta representante para os assuntos de desarmamento, Izumi Nakamitsu, garantiu que “a ONU desconhece a existência de quaisquer programas de armas biológicas” e lembrou que tanto a Ucrânia como a Rússia subscreveram a convenção de 1972 que proíbe o desenvolvimento deste tipo de armas.

Vasili Nebenzia, embaixador russo junto da ONU, disse que os militares do seu país fizeram uma descoberta “verdadeiramente chocante” durante a invasão. “A limpeza de emergência, por parte do regime de Kiev, das evidências do programa militar biológico, que está a ser criado por Kiev com o apoio do Departamento de Defesa dos EUA”, afirmou.

Segundo o diplomata, o Ministério da Defesa russo acredita que “existia uma rede de pelo menos 30 laboratórios biológicos” na Ucrânia. Nebenzia referiu-se a um programa em particular, cujo objectivo seria “estudar a possibilidade de disseminar infecções particularmente perigosas através de aves migratórias”. As palavras russas fizeram ricochete. “É a Rússia que há muito tem um programa de armas biológicas em violação da lei internacional. É a Rússia que tem um historial bem documentado de utilização de armas químicas”, respondeu Linda Thomas-Greenfield, embaixadora dos EUA na ONU.

A diplomata garantiu que “a Ucrânia não tinha nenhum programa de armas biológicas” e que “não existem esses laboratórios”, acusando a Rússia de ter convocado o Conselho “apenas para mentir e espalhar desinformação”. Através do Departamento de Defesa, os EUA têm desde 2005 um acordo de assistência com alguns laboratórios de saúde pública ucranianos, com vista a melhorar as condições de segurança de patógenos perigosos e as tecnologias da sua investigação. Linda Thomas-Greenfield acusou a Rússia de muitas vezes fazer aquilo que aponta aos outros. “Estamos seriamente apreensivos quanto à possibilidade de a Rússia estar a planear utilizar armas químicas e biológicas na Ucrânia”, disse.



Desporto Atletas olímpicos ucranianos também pegam em armas

Desporto, 54



México Da capital a Oaxaca, este país é mesmo uma festa

Fugas

Público

Guerra na Ucrânia Europa não foi tão longe como ucranianos pediam mas vai duplicar ajuda militar

Rússia alarga ofensiva ao Ocidente para travar linhas de reabastecimento

A análise de Teresa de Sousa
e de Jorge Almeida Fernandes

Destaque, 4 a 13 e Editorial



Rabino que certificou nacionalidade de Abramovich detido pela PJ

Daniel Litvak, rabino da Comunidade de Israelita do Porto (CIP), responsável último pela certificação como

descendente sefardita que permitiu ao oligarca russo Roman Abramovich obter a nacionalidade portuguesa,

em Abril do ano passado, foi detido quinta-feira, no Porto, pela Polícia Judiciária, quando se preparava para

viajar para Israel, segundo o PÚBLICO apurou. A operação policial, que decorre do inquérito aberto a 19 de

Janeiro pela Procuradoria-Geral da República, também visa outros elementos da CIP Sociedade, 28

Votos da emigração PSD ainda tentou retirar o protesto mas já não foi a tempo

Política, 24/25

Capital da Cultura Ponta Delgada, Braga, Aveiro e Évora na corrida para 2027

Cultura, 42/43

Reportagem

“Uma pessoa que perdeu tudo não mete medo”

Junto das famílias de refugiados ucranianos que se começam a instalar em Portugal Destaques, 14 a 17



Combustíveis Corte de 2,4 cêntimos no ISP do gasóleo e de 1,7 na gasolina

Economia, 32/33